

As relações entre Judeus, Mouros e Turcos no espaço magrebino A leitura de algumas fontes europeias dos séculos XVIII e XIX*

J O R G E A F O N S O

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
ajorgeafonso@gmail.com

Resumo: Neste artigo, partindo de fontes constituídas por relatos de comerciantes, viajantes e diplomatas europeus, estudam-se as relações entre Judeus, Turcos e Mouros no Reino de Marrocos e na Regência de Argel. Homens de culturas diferentes vão-nos fornecer, entre muitas outras, as suas leituras sobre as relações interconfessionais que observaram nas deslocações efectuadas a algumas regiões do Magrebe. As relações entre Judeus, Turcos e Mouros, serão analisadas à luz da conjuntura interna muito específica das realidades políticas em que se desenrolaram.

Palavras-chave: Judeus, Mouros, Relações Interconfessionais, Marrocos, Argel.

Abstract: In this article, using sources which are descriptions from merchants, travellers and European diplomats, we study the relations between Jews, Turks and Moors in the Kingdom of Morocco and in the Regence of Algiers. Men from different cultures provide us with their interpretations of inter-confessional relations which they observed in their voyages to some Maghrib's regions. The relations between Jews, Turks and Moors will be analyzed in the context of the very specific internal situation of the political realities inside which they were developed.

Keywords: Jews, Moors, Inter-confessional Relations, Morocco, Algiers.

* Por decisão do autor, o texto não segue o Acordo Ortográfico de 1990.

«*Di potere ancora una volta insieme*

Camminare liberi sotto il sole».

Primo Levi, 25 febbraio 1944.

A situação política vivida nas realidades políticas magrebina na segunda metade do século XVIII e as implicações que esta poderia ter no equilíbrio geoestratégico do ocidente da bacia mediterrânica foi sempre uma preocupação para as realidades políticas da sua orla. A coabitação entre várias religiões no espaço geográfico dos *Ahl al-Kitâb* “povos do Livro”, embora subordinada à conjuntura e às diferentes correlações de forças no seu seio, marcou de forma notória a convivência entre Turcos, Mouros e Judeus em todo o Magrebe. No final do século XVIII e início do XIX ela foi sobretudo relevante nas duas mais importantes Potências deste espaço geográfico: a Regência de Argel e o Império Xarifino.

Para designar o poder existente em Argel no período otomano usam-se geralmente dois termos: República e Regência. O primeiro largamente empregue na documentação europeia da época e também reivindicado pelos historiadores argelinos contemporâneos que nele tentaram encontrar a comprovação da existência de uma “nação argelina” anterior à própria república francesa e a outras repúblicas modernas. Será, todavia, necessário sublinhar que o poder argelino nunca se designou a si próprio como República, aparecendo este termo apenas na documentação já que segundo Lemnouar Merouche ao tempo não existia em árabe palavra que o traduzisse¹. O segundo, embora ligado à palavra “barbaresco” expressando a carga pejorativa que lhe era dada pelos europeus, está relacionado com a forma de designar uma realidade política consubstanciada no Estado argelino durante o seu período otomano e é nessa acepção que será utilizado.

As fontes europeias produzidas neste período não deixaram de reflectir a forma como se processavam as relações entre os povos das três religiões monoteístas que habitavam o espaço magrebino. Relatos de viajantes e cativos, correspondência de diplomatas e comerciantes acabam por transmitir isso mesmo, embora não sejam imunes a complexos eurocêntricos fruto do seu tempo de escrita, da vivência cultural dos seus produtores. O século XVIII tinha-se iniciado nos reinos da Península com uma nova preocupação em relação às supostas apostasias judaicas e islâmicas e os escritos aqui produzidos reflectiam-na numa oposição à tolerância que então vinha crescendo na Europa. Essa mesma tolerância irá conquistar o ambiente cultural na França e Inglaterra de setecentos, traduzindo-se na criação da Escola de Línguas

1 Lemnouar Merouche – *Recherches sur l'Algérie à l'époque ottomane*. Vol. I: *Monnaies, prix et revenus (1520-1830)*. Paris: Éditions Bouchène, 2002, p. 12.

Orientais de Paris, uma instituição simultaneamente erudita e laica². Foi neste ambiente de fervor orientalista que os autores ingleses e franceses das fontes que abordaremos produziram as suas obras.

1. O Império Xarifino

Em 1788 foi publicada em Veneza a *Mémoire concernant le système de paix et de guerre Que les Puissances Européennes pratiquent à l'égard des Régences Barbaresques*, traduzida do italiano pelo Chevalier d'Hénin, oficial do Regimento de Dragões do Languedoc e secretário da Embaixada de França na República de Veneza. Esta obra cuja actualidade pode ser atestada pela data da edição italiana, 1787, é dedicada pelo tradutor ao Embaixador de França Conde de Chalon. Escrita num período de grandes mutações ao nível do espaço europeu, o autor empreende uma longa reflexão sobre a forma como deveriam ser geridas as relações com as Potências Barbarescas que se teriam sobretudo de basear no desenvolvimento das trocas comerciais entre as duas margens do Mediterrâneo. Entre as várias ideias apontadas socorria-se do exemplo de um Judeu marroquino que tinha aconselhado Muhammad Ben Abdallah (1757-1790) a carregar os seus navios com “graons” em vez de canhões.³

Judeus, Mouros e Turcos não formavam unidades estanques e houve neste período como em outros que se lhe seguiram uma troca de serviços, bens e influências culturais, pois estes não cessavam de interagir tanto ao nível do espaço público como ao das mais altas instâncias do poder alauíta e da Regência argelina. Na realidade o Judeu que o autor da *Mémoire concernant le système de paix et de guerre...* fornece como exemplo pode muito bem ser um dos contemplados com título de *Tajir al-Sultan*⁴ na sequência da construção do porto de Essaouira para onde cônsules e comerciantes europeus foram induzidos a transferir as suas actividades, optando-se pelo mesmo procedimento em relação a cerca de uma dezena das mais importantes famílias judias das principais cidades do Reino. Estes *Tujjar al-Sultan* instalaram-se no interior da *Casbah* como todos os responsáveis administrativos da nova cidade, isentos da capitação lançada pelos muçulmanos sobre os não crentes e de outros constrangimentos impostos aos restantes membros da comunidade, usufruindo assim de ampla protecção do *makhzen*⁵. Anos mais tarde, em 1841, segundo Michel Abitbol, ainda existem 19 *Tujjâr* em Mogador

2 Maxime Rodinson – *La fascination de l'Islam suivi de Le seigneur bourguignon et l'esclave sarrassin*. Paris: Éditions La Découverte, 1989, p. 79.

3 *Mémoire concernant le système de paix et de guerre que les Puissances Européennes pratiquent à l'égard des Régences Barbaresques*. Veneza: Formaleoni, 1787, p. 77-78.

4 *Tajir al-Sultan* – Comerciante do Sultão. Plural: *Tujjâr*.

5 *Makhzen* – Usado em Marrocos com o significado de Estado. Foi também uma entidade de acumulação económica cujos objectivos de entesouramento ligados à fiscalidade legal fizeram com que o seu papel redistributivo na sociedade marroquina dos séculos XVIII e XIX tivesse sido medíocre.

dos quais 14 são judeus, 3 cristãos e 2 muçulmanos; em meados dos anos cinquenta do século XIX passarão a 39, sendo 24 judeus, 10 muçulmanos e 5 europeus; no início dos anos oitenta do mesmo século, em 51 *Tujjār*, exercendo então a sua actividade em Mogador, 31 eram judeus, 16 muçulmanos e 4 europeus⁶. A crermos nestes números, somos levados a concluir que este estrato dos Judeus marroquinos não foi substancialmente afectado pelos trinta anos do reinado de Mulei Slimane (1792-1822), prevalecendo assim, neste caso particular, sobre o pretenso rigorismo religioso, o pragmatismo alauíta nas relações com as gentes do Livro. Uma breve reflexão acerca dos números fornecidos por Michel Abitbol permite-nos também encarar de outra forma o tão famoso reformismo do sultão marroquino no campo religioso⁷.

Não foi com esta elite de comerciantes Judeus que Thomas Pellow se confrontou quando no ano de 1716, já no final do longo reinado de Mulei Ismail (1672-1727), foi feito cativo pelo corso saletino. Pellow um jovem aprendiz de marinheiro de doze anos, originário da Cornualha, região das mais pobres do reino inglês e geralmente grande fornecedora do seu contingente de homens de mar, dá-nos uma interessante visão das relações entre Judeus e Mouros durante um tempo confuso da dinastia alauíta que em finais do século XVII tinha conseguido finalmente reunificar politicamente o país reduzindo o fosso que separava o *bilad al-makhzen* do *bilad al-siba*⁸.

De facto em finais do século XVII e princípio do XVIII as comunidades judaicas em terras do Islão magrebino encontravam-se num estado de grande esgotamento, a dinâmica trazida pelos *megorashim* era já uma longínqua lembrança. A primeira nota que Pellow, homem de reduzida cultura, pois nele não encontramos referências intertextuais que nos são dadas por outros autores, nos fornece de contactos que teve com os Judeus de Marrocos surge-nos logo após a sua chegada a Mequinez e tem a ver com a posse de cativos Cristãos por Judeus marroquinos. Esta actividade, embora interdita por preceitos islâmicos, conforme nos dá conta Emanuel d'Aranda⁹, nascido em Bruges no ano de 1614, de origem aragonesa, cativo nos Banhos da Regência de Argel entre 1640 e 1642, era exercida com frequência pelos comerciantes Judeus no Império Xarifino.

6 Michel Abitbol – *Les commerçants du roi: Tujjār al-Sultān: une élite économique judéo-marocaine au XIXe siècle*. Paris: Maisonneuve & Larose, 1998, p. 9. Sobre os *Tajir al-Sultan*, vide também Daniel J. Schroeter – *Merchants of Essaouira: Urban Society and Imperialism in Southwestern Morocco, 1844-1886*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998; Michel Abitbol – *The Sultan's Jews: Morocco and the Sephardi World*. Stanford: Stanford University Press, 2002.

7 Mohamed El Mansour – *Morocco in the reign of Mawlay Sulayman*. Cambridgeshire: Middle East & North African Studies, 1988. p. 3.

8 *Bilad al-siba* – País da dissidência.

9 Emanuel d'Aranda cativo na Regência de Argel entre 1640 e 1642 publicou o relato do seu cativeiro em Bruxelas no ano de 1656 sob o título *Relation / De la captivité, / Et liberté / Du Sieur / Emanuel / De Aranda, / Mené esclave à Alger en l'an 1640, & / Mis en liberté l'an 1642*.

A partir de 1682 por *dahir*¹⁰ promulgado por Mulei Ismaïl, todos os cativos Cristãos deveriam ser remetidos ao sultão que indenizava depois os corsários pelas suas perdas. Os cativos eram alojados desde 1672, a título provisório, num bairro de Mequinez, passando depois, cerca de 1692, para a antiga *mellah* que acabariam por ceder aos ‘*abid al-bukhari*. Durante o reinado de Mulei Ismaïl, era nas obras públicas que maioritariamente trabalhavam os cativos. Considerados assalariados do Imperador, quando na realidade à comunidade judaica é que eram exigidas as despesas de manutenção desta grande massa de trabalhadores.

Obras como a de Thomas Pellow são escritas segundo duas orientações, uma religiosa e outra científica. A primeira surge com o objectivo de combater uma falsa religião, obra de um impostor Maomé, cuja intenção não excluía o esforço de investigação e de aprofundamento do conhecimento do Islão. A segunda aparece-nos fundamentalmente em obras de autores ingleses que privilegiam áreas como a botânica, a geografia, a história, a medicina ou outras ligadas às ciências exactas. Na leitura do convertido inglês, autor de *The History of the Long Captivity...*, as observações sobre as comunidades judaicas marroquinas surgem-nos como factos laterais da narrativa e primam pela escassez, tendo como função sustentar um discurso que opõe aos poderes absolutos dos monarcas os direitos de Deus, da Natureza e da Sociedade. O tempo que passou em terras do Islão, vinte e dois anos, permitem-lhe cotejar o poder dos “tiranos” marroquinos a quem serviu com aquele que vigorava na sua pátria. A forma como viu serem tratados os membros das comunidades judaicas com que se cruzou, desde o Judeu Ben Hattar de grande utilidade ao *makhzen* na intermediação da redenção de cativos e que foi o seu primeiro senhor, até à bárbara execução do intérprete do cônsul inglês, um Judeu que teve o arrojo de se dirigir ao “tirano” Mulei Abdallah (1729-1757), omitindo a sua verdadeira identidade, passando pela funções degradantes da salga das cabeças e orelhas dos insurgentes vencidos a enviar a Mulei Ismaïl como prova do sucesso da sua política de reforço do poder real, tudo servirá a Thomas Pellow para sublinhar excelência do sistema inglês face àquele em que viveu durante a sua estadia em Marrocos.

A atitude dos sultões para com os “seus Judeus”, atravessando as várias camadas da sociedade marroquina, oscilará entre a sedução e as mais violentas exacções, entre a pragmática necessidade e a brutalidade comportamental sem razão aparente. Os ventos da fortuna eram inconstantes para alguns estratos da comunidade judaica. Estes viviam sempre no temor de poderem vir a funcionar como catalisadores das lutas e tensões que bastas vezes eclodiam no seio do *makhzem*, como foi o caso das três décadas que decorreram entre a morte de Mulei Ismaïl e entronização de Muhammad ben Abdallah, e frequentemente deste com o *bilad al-siba*, dos conflitos entre o *makhzen* e

10 *Dahir* – Decreto imperial.

os cônsules estrangeiros aos quais geralmente serviam de intérpretes, ou das variadas tensões diplomáticas com as potências europeias e nas quais os comerciantes e agentes Judeus, graças às suas redes familiares e comerciais, desempenharam sempre um papel relevante.

Todavia, tanto para o período em que decorreu a estadia de Pellow como para aquele outro que viajantes e diplomatas europeus como De Brisson, Lempriere, Grey Jackson, viveram em Marrocos, por muito coincidentes que tivessem sido os interesses, e por vezes foram, de grandes famílias judias e muçulmanas, a realidade mostra-nos um aprofundar das clivagens sociais entre os diversos estratos das comunidades judaicas marroquinas à medida que se acentuou a penetração europeia.

Em Genebra, no ano de 1789, vê a luz *Histoire du naufrage et de la captivité de M. de Brisson, officier de l'Administration des Colonies; Avec la description des déserts d'Afrique, depuis le Sénégal jusqu'à Maroc*. A narrativa do sofrimento de M. De Brisson às mãos dos Mouros das tribos da costa atlântica do Sul do Império e dos dois anos em que este esteve na sua posse, já no fim do reinado de Muhammad III, interessa-nos pelas indicações fornecidas sobre os Judeus que também aí viviam ou transitavam, bem longe, como o oficial francês constata, dos centros urbanos do império alauíta, mas a eles ligados por interesses de comércio e negócio.

É uma narrativa mais elaborada e não traz com ela a marca de alguma ingenuidade nas reflexões sobre a realidade observada que a alguns espaços a obra de Pellow nos fornece. A leitura de De Brisson põe a tónica da superioridade do Cristianismo face a Islão e sobretudo nas relações que constatou existirem entre Mouros e Judeus no seu percurso até Essaouira e à libertação. A permanência, ainda que curta, no seio das tribos mouras do Sul de Marrocos, permite-lhe constatar as poucas diferenças que existiam entre Mouros e Judeus que ali viviam, sendo apenas estes últimos menos observantes da Lei de Moisés quanto o eram os seus irmãos de crença das urbes da costa atlântica marroquina.

No entanto o oficial francês dá conta na sua narrativa de uma das funções para a qual o Sultão de Marrocos usava os “seus Judeus”, a de intermediação no resgate de cativos, desempenhando estes um papel importante como elos de ligação entre os Mouros detentores de cativos e os Cristãos interessados no seu resgate. Todavia a obra de De Brisson tinha destinatários muito específicos, a sua função na Administração das Colónias, influenciava a leitura da realidade e conferia-lhe um sentido pragmático, escorado na superioridade da civilização europeia em relação ao Islão magrebino. A utilidade que pretendia para a sua obra levava-o a afirmar nas primeiras páginas ter sido esta escrita para impedir que outros passassem provas idênticas às que foi submetido. O valor político destas obras como veremos mais adiante, sobretudo a de Grey-Jackson, está na linha de outras mais antigas como a de Emanuel d'Aranda que embora publicada pela primeira vez no ano de 1656, em Bruxelas, mereceu por parte

das autoridades da nova nação americana, os Estados Unidos, uma tradução em 1796, sem dúvida ligada ao período de tensão que marcou as relações americano-argelinas entre 1785-1787.

É tendo em conta os verdadeiros destinatários da sua obra que De Brisson aconselha o seu Governo ou os agentes deste em Mogador ou Tânger a contactar em casos futuros de cativos franceses, um Judeu de nome Aaron residente em Gouadnum, pois este enviava emissários por toda a África em busca dos naufragados¹¹. A análise que De Brisson faz das relações entre Mouros e Judeus e das vexações a que estes últimos eram sujeitos não impede o Oficial da Administração das Colónias do Governo Francês de reconhecer a astúcia e sagacidade nos negócios dos Judeus marroquinos que opõe ao desprovimento de qualquer inteligência por parte dos Mouros¹².

Na realidade existia uma substancial diferença entre a utensilagem intelectual de que era portador um grumete inglês originário da Cornualha e aquela outra de um oficial francês enviado pelo seu ministro da marinha a cumprir uma missão na costa ocidental de África. No entanto em ambas as obras podemos constatar que o exótico e o pitoresco se encontram arredios da narrativa, recusando a justificação ideológica – o último resgate efectuado por religiosos europeus teve lugar em Argel no ano 1785 – e contrariando já a tendência que se haveria de instalar na Europa a partir do século XIX que se traduziria na visão romântica expressa pelo orientalismo. A estadia de Thomas Pellow em Marrocos explica-se pelo curso e pela conjuntura internacional, a sua vida foi determinada pela política de Estado de Mulei Ismaïl, a sua experiência foi um testemunho sobre o sucesso e o fracasso, ambos inscritos nas contradições internas geradas pela sociedade e instituições marroquinas. Os dois anos de cativo de De Brisson em terras do Magrebe acabam também por ser fruto das mesmas contradições às quais acrescentamos naturalmente uma muito instável conjuntura internacional e a derradeira tentativa do curso barbaresco de permanecer inscrito num tempo que já não existia. Em ambas as obras teria obrigatoriamente de transparecer a narrativa da convivência entre “as gentes do Livro” no espaço marroquino e nela seriam incontornáveis as relações entre Mouros e Judeus elas próprias completando-se em torno de interesses comuns.

Duas outras obras existem também que merecem alguma atenção tanto quanto às descrições que nos fornecem do Império de Marrocos, como por aqueles que estiveram na sua origem já que ambos os seus autores são personalidades cuja capacidade intelectual e cultura permitem um outro olhar sobre o que viveram. Em 1793 foi impressa em Londres a segunda edição de *A Tour from Gibraltar to Tangier, to Sallee, Mogadore, Santa Cruz, Tarudant; and thence over Mount Atlas, to Morocco*;

11 M. de Brisson – *Histoire du naufrage et de la captivité de M. de Brisson, officier de l'Administration de Colonies: avec la description des déserts d'Afrique, depuis le Sénégal jusqu'à Maroc*. Paris: Barde, Manget & Compagnie, 1789, p.74.

12 M. de Brisson – *Histoire du naufrage et de la captivité de M. de Brisson...*, p. 129-130.

including a particular account of the Royal Harem, etc., de autoria de William Lempriere. Para além de nos fornecer a primeira descrição do interior do harém de um soberano de Marrocos, onde o médico inglês foi admitido para tratar várias das suas mulheres, este livro permite-nos também respostas para inúmeras questões que lhe possam ser colocadas sobre o seu tempo de narrativa, nomeadamente acerca das relações entre Mouros e Judeus, vivenciadas pelo autor.

Preferimos a outras edições a segunda edição inglesa por esta conter “Additions and Corrections” das quais sobressaem as relacionadas com uma segunda ida do autor a Marrocos. Esta teria como objectivo coligir mais esclarecimentos, prendendo-se com a obtenção de informações mais detalhadas sobre a morte Muhammad ben Abdallah e a ascensão ao trono de Mulei Yazid (1790-1792). Quanto a nós a segunda deslocação de Lempriere a Marrocos estaria relacionada com objectivos mais imediatos da política externa inglesa face à conjuntura europeia e às suas possíveis repercussões na Regência de Argel e no Império Xarifino. Lempriere vai assim agir no quadro das lutas de influência entre a França e a Inglaterra em todo o Magrebe e Mediterrâneo que terão o seu ponto alto no desembarque dos exércitos napoleónicos no Egipto.

As relações que William Lempriere constatou existirem entre Mouros e Judeus no reino de Marrocos inscrevem-se assim num discurso pragmático de apoio à gestão de um espaço geográfico de relevante importância para o reino inglês na tentativa de globalização o seu poder. A procura do controlo da entrada do Mediterrâneo e das suas realidades políticas mais importantes, a Regência de Argel e o Império Xarifino, era um objectivo fundamental para a oposição às consequências da decisão de 14 de Fevereiro de 1798 tomada por Talleyrand de dirigir ao Directório um ofício preconizando a ocupação do Egipto, consubstanciada mais tarde no desembarque das tropas francesas, em 2 de Julho do mesmo ano, em Alexandria. Às duas orientações que apontámos como estando na origem de obras como as de Thomas Pellow, a religiosa e a científica, acrescentamos assim a de interesse geoestratégico que podemos encontrar em William Lempriere. O cirurgião inglês conviverá em Marrocos com uma das crises mais violentas (1790-1792) que juntamente com a de 1805 em Argel, abalaram as comunidades judaicas magrebínas e não lhe será imune, até porque por oposição constatou a relativa tolerância de Mulei Muhammad Abdallah o que o levou a considerar «... from his conversation, Sidi Mahomet appears to have possessed strong natural talents, to which had a good education been united, he might have prove a great monarch.»¹³.

Na economia da narrativa o espaço dedicado aos Judeus marroquinos não é maioritário o que não impede o surgimento de uma leitura das suas condições de existência e da forma como estes subsistiam no quotidiano do Império. A convivência

13 William Lempriere – *A tour from Gibraltar; and thence, over Mount Atlas, to Morocco: including a particular account of the Royal Harem, etc.* 2ª ed. London: J. Walter, 1793, p. 223.

que Lempriere constatou existir entre Mouros e Judeus na cidade de Tânger, «Contrary to the usual custom in Barbary the Moors and Jews live intermixed at Tangier, and maintain a more friendly intercourse than elsewhere in this quarter...»¹⁴ foi o resultado da política de abertura de Muhammad III, brutalmente interrompida por Mulei Yazid durante o seu curto seu reinado e que constituiu o período mais sombrio das história dos Judeus marroquinos na época contemporânea.

William Lempriere deslocar-se-á depois em direcção a Marraquexe, onde se situava o convento dos frades espanhóis que ali viviam para intermediar a redenção dos cativos cristãos, com o fim de ser recebido por Muhammad ben Abdallah. As relações interconfessionais que o médico inglês constata ali existirem, as exacções e violências que os Judeus com frequência sofriam, são incluídas na sua narrativa como demonstração da superioridade da Cristandade sobre o Islão, a prevalência da razão sobre a intolerância. Os Judeus que encontrou em Marrocos, descendentes daqueles expulsos de Espanha e Portugal, e que tinham procurado refúgio no Magrebe acabaram por levar Lempriere a confessar:

«The Moors display more humanity to their beasts than to the Jews. I have seen frequent instances where individuals of this unhappy people were beaten so severely, as to be left almost lifeless on the ground, and that without being able to obtain the least redress whatever, as the magistrates always act with the most culpable partiality when a Moor and a Jew are the parts in a suit. What they lose by oppression, however, they in a great measure make up by their superior address and sagacity, which frequently enables them to over-reach the Moors – as I cannot compliment the Jews of Barbary in general upon their probity and principle»¹⁵.

Na obra de William Lempriere voltamos a deparar com a diferença entre os variados estratos sociais que compunham as comunidades judaicas marroquinas, sobretudo as existentes em meios urbanos. Em Marraquexe, o autor encontra Jacob Attal. Estes Judeus de elite como Jacob Attal, natural de Tunes, falando várias línguas, cosmopolitas e por isso mesmo tecendo redes pela Europa e o Mundo, desfrutando delas para os negócios dos seus senhores que se entrecruzavam de forma natural também com os seus, viram-se frequentemente consumidos na voragem do turbilhão da política marroquina e dos seus conflitos internos.

O período que precedeu a morte de Muhammad ben Abdallah bem como aquele constituído pelo reinado de Mulei Yazid – outros existiram tão violentos a Oriente, na Regência de Argel – corporizou momentos de grande pressão sobre as comunidades judaicas e os seus membros mais proeminentes, sendo estes últimos com frequência as primeiras vítimas das lutas travadas no seio do *makhzen*. Mouros e

14 William Lempriere – *A tour from Gibraltar...*, p. 7-8.

15 William Lempriere – *A tour from Gibraltar...*, p. 199-200.

Judeus viviam, embora segundo uma regra de relações de poder bastante desigual, numa estreita interdependência. Os viajantes que percorreram o Império Xarifino sublinham a importância das comunidades judaicas, sobretudo as de origem urbana, para a manutenção de uma “indústria”, ainda que incipiente, do pequeno comércio, da drenagem das produções agrícolas para o litoral. A Lempriere, um cirurgião, um homem da razão e do seu tempo, não passou despercebida esta realidade, enquadrando-a num discurso que considerava viverem ainda os Mouros num «pastoral state, following only a few mechanical trades, and leaving every thing that requires invention to the Jews»¹⁶.

No ano de 1790, no mesmo dia da proclamação de Mulei Yazid, um dos primeiros passos do novo soberano foi o de ordenar uma pilhagem geral dos Judeus de Tetuão a ser executada pelos *‘abid al-bukhari*. Esta tropa pretoriana era constituída por todos os negros e mestiços do Império, por escravos originários do *bilad al-sudan* (País dos Negros) e por outros que apesar da cor da pele eram livres (*haratin*). A situação jurídica destas diversas categorias reunidas num corpo cujo objectivo era a submissão do *bilad al-siba* e impedir a expansão das tribos berberes, colocou rapidamente o problema do estatuto dos *‘abid al-bukhari* à luz da *shari’a* ou lei islâmica. A grande inovação de Mulay Ismaïl que consistia na formação de um exército de escravos e de libertos que seriam novamente reduzidos à escravatura obrigou o sultão marroquino a escrever uma carta aos jurisconsultos de al-Azhar, no Cairo, aconselhando-se sobre a legitimidade do alistamento forçado dos *‘abid*. Em Marrocos a questão foi também naturalmente apreciada e os jurisconsultos de Fez pronunciaram-se pela aplicação da *shari’a* no que dizia respeito ao direito à liberdade do escravo emancipado. Nesta discussão entrou um jurista de renome, ‘Abd al-Salam Gasus, pertencente ao grupo dos *Bildiyyin*, muçulmanos descendentes de Judeus convertidos ao Islão, opinando este que estabelecer uma discriminação entre muçulmanos segundo as suas origens ou ascendência contrariava a *shari’a* e o exemplo do Profeta¹⁷. Acabou por pagar com a vida esta opinião que contrariava o poder autocrático de Mulei Ismaïl. Em 1775 uma última tentativa dos *‘abid al-bukhari* para depor Sidi Muhammad – a maior das revoltas que assolaram o Magrebe – selou a sua perda. A conjuntura interna do Império – anos consecutivos de secas, más colheitas, fomes e impossibilidade por parte do povo responder às exacções fiscais – levou à eclosão de várias revoltas. Para as reprimir o sultão marroquino usou vários destacamentos das suas tropas negras que enviou para longe da Corte. Por ordem do sultão foram ali cercadas pelos Beni Ashen, os Sufyan e

16 William Lempriere – *A tour from Gibraltar...*, p. 293.

17 Roger Botte – «Bouc noir» contre «Bélier blanc»: l’armée des ‘Abid al-Bukhari du sultan Mawlay Isma’il (1672-1727). In Roger Botte; Alessandro Stella (dir.) – *Couleurs de l’esclavage sur les deux rives de la Méditerranée (Moyen Âge-XXe siècle)*. Paris: Éditions Karthala, 2012, p. 251.

os Beni Malik, desarmadas e entregues os seus soldados como escravos a estas tribos juntamente com os seus filhos e mulheres¹⁸.

Lempriere na leitura deste exército profissional, mais próximo das forças armadas que ele próprio integrava do que da nação em armas que a *shari'a* preconizava para o exercício da *jihad*, critica o retorno à sujeição individual dos *'abid al-bukhari*¹⁹ que considerava uma nova raça de homens e aborda a sua implicação nas perseguições aos Judeus do Império durante os funestos anos, para esta comunidade, de 1790-1792, de uma forma quase neutra. O novo sultão Mulei Yazid, na verdade, não foi um modelo de clemência para os seus correligionários, massacrando-os aos milhares por não terem tomado o seu partido na luta sucessória que o opôs aos irmãos. Em relação aos Judeus, votou-lhes um ódio implacável e perseguiu as suas comunidades em cidades como Tetuão, Arzila, Tânger, Mogador, Marraquexe, Rabat, Salé, Mequinez e Fez. Nesta última cidade existia uma florescente comunidade *Bildiyyin* de reconhecidos méritos intelectuais. A comunidade judaica de Fez assistiu, nomeadamente, à destruição do seu cemitério e à edificação em plena *mellah* de uma mesquita para a construção da qual foram usadas as pedras tumulares das sepulturas profanadas²⁰. Mulei Yazid recuperou as tropas negras dos *'abid* para a execução das pilhagens e violências sobre as comunidades judaicas marroquinas e disso mesmo dá conta Lempriere ao privilegiar na sua narrativa o assassinato de Jacob Attal, antigo favorito de Muhammad ben Abdallah ordenado pelo novo sultão²¹ e as violências cometidas em Mequinez e outros locais onde judiarias foram pilhadas sendo os seus habitantes obrigados a pagar pesadas “fintas” ao Imperador, para além de muitos terem sofrido mortes cruéis sendo as suas viúvas e filhas entregues às tropas negras do sultão que com elas cometeram todo o tipo de atrocidades²². Mais uma vez os Judeus de Marrocos tinham funcionado como catalisadores para resolver ou atenuar os problemas de ordem interna no Império e a afirmação dos seus sultões. Na realidade as multas, as pilhagens, podem ter adiado temporariamente o fim dos *'abid al-bukhari* como guarda pretoriana dos sultões marroquinos, agora à custa dos seus Judeus, todavia não impediram, apesar da admiração que Lempriere lhes votara como tropa de elite, o seu percurso rumo a um decréscimo de importância que as conjunturas marroquina e internacional anunciavam. Em 1808, a cavalaria xarifina, último vestígio dos *'abid al-bukhari*, tão abundantemente usados na repressão de um dos povos do Livro por Mulei Yazid, não ultrapassava o número de dezoito mil homens. Eles não seriam mais que quatro mil no princípio do século XX²³.

18 Roger Botte – «Bouc noir» contre «Bélier blanc»..., p. 259

19 William Lempriere – *A tour from Gibraltar...*, p. 112-113.

20 Michel Abitbol – *Le passé d'une discorde: Juifs et Arabes du VIIe siècle à nos jours*. Paris: Perrin, 2003, p. 124.

21 William Lempriere – *A tour from Gibraltar...*, p. 465-466.

22 William Lempriere – *A tour from Gibraltar...*, p. 466.

23 Cf. Roger Botte – «Bouc noir» contre «Bélier blanc»..., p. 261.

Em 1811 surgiu em Londres a segunda edição, «corrected, newley arranged, and considerably enlarged», do livro de James Grey Jackson, derradeira fonte impressa da qual lançámos mão para a elaboração deste estudo respeitante a Marrocos, *An account of the Empire of Morocco, and the districts of Suse and Tafilelt; compiled from miscellaneous observations made during a long residence in, various journies through these countries. To which is added an account of shipwrecks on the western coast of Africa, and interesting account of Timbuctoo, the great emporium of Central Africa*. O autor, súbdito inglês, viveu dezasseis anos em Marrocos, entre os anos de 1789 e 1806. Ali desempenhou funções como cônsul da Holanda e comerciante, primeiro em Agadir e depois em Mogador, fornecendo-nos talvez a descrição mais abrangente e pormenorizada da vida no Império Xarífino já que assistiu à morte de Muhammad ben Abdallah, à ascensão e morte de Mulei Yazid e à subida ao trono de Mulei Slimane (1792-1822). Numa obra da qual o exótico, no sentido de facto lateral e sem grande importância na economia da narrativa, se encontra arredio, encontramos a vertente científica mais desenvolvida de todas as obras que analisámos. Nos seus treze capítulos é abordado um leque muito variado de matérias: a Geografia (rios, montanhas e clima); as diferentes províncias do império, o seu solo, culturas e produtos; a população do império, portos de mar e cidades; Zoologia; metais, minerais e produções vegetais; descrição dos habitantes de Marrocos; descrição da terrível peste dos anos 1799-1800 da qual o autor foi testemunha; observações sobre a religião muçulmana; linguagens de África; análise do comércio marroquino; naufrágios na costa ocidental de Marrocos e como proceder ao resgate de cativos; relações comerciais do Império. Neste variado leque de matérias não passam naturalmente despercebidas a Grey Jackson as relações entre Mouros e Judeus que de um modo geral não são substancialmente diferentes daquelas que encontrámos em De Brisson e Lempriere.

O antigo cônsul da Holanda em Mogador conviveu em Marrocos com tempos de relacionamentos muitos díspares entre Mouros e Judeus, daí a relevância da sua obra. Primeiramente os já citados anos de 1790-1792 plenos de sofrimentos e vexações para as comunidades judaicas marroquinas, depois os anos de recuperação sobre a égide Mulei Slimane e do seu pretensão rigorismo religioso. No quotidiano das suas relações, tanto Mouros como Judeus, não hesitavam em superar interditos alcorânicos o que configurava a interpenetração das duas comunidades²⁴, todavia Grey Jackson relativiza a sua anterior observação quando, páginas mais à frente, nos dá conta das formas de tratamento a que um Judeu se obrigava perante um Mouro:

24 James Grey Jackson – *An account of the Empire of Morocco, and the districts of Suse and Tafilelt; compiled from miscellaneous observations made during a long residence in, various journies through these countries. To which is added an account of shipwrecks on the western coast of Africa, and interesting account of Timbuctoo, the great emporium of Central Africa, second edition, corrected, newly arranged, and considerably enlarged*. London: W. Bulmer and Co., 1811, p. 30.

«The Jews, however, whatever their condition, must adress every Mooselmin with the term seedy, or incur the danger of being knocked down; while, on the other hand, the lowest Mooselmin would consider it a degradation to adress a Jew of the highest rank of respectability by this title»²⁵.

Como nos estratos mais elevados das comunidades judaicas marroquinas o estatuto de Judeu Corte, segundo Michel Abitbol, não funcionava como garantia de segurança, o mesmo acontecendo em relação aos menos favorecidos dos seus elementos a quem os acasos da política marroquina poderiam tornar alvos das maiores violências. Estamos aqui, como nas obras de Pellow e de De Brisson, e como também afirma Marc Ferro, perante o ressentimento histórico em uma das suas inúmeras manifestações de cariz confessional, fenómeno individual ou colectivo, afectando, grupos, nações, comunidades e religiões²⁶.

A necessidade de diferenciação obrigava os Judeus a usarem roupas muito específicas que podia chegar até à interdição de algumas peças de vestuário como nos comunicaram viajantes europeus, tanto ao Império Xarifino com à Regência de Argel. Em relação a esta última, Pierre Boyer, um estudioso do período otomano da história da Argélia, aborda a matéria ao afirmar que as proibições mais espectaculares pendentes sobre os judeus eram naturalmente as relacionadas com o vestuário. O uso de turbantes, indumentárias e cintos de cores vivas ou brancas estava-lhes interdito. A opção resumia-se ao uso do azul, castanho-escuro ou preto. Também não podiam ostentar bordados ou fitas, adereços aos quais os mouros votavam grande apreço. Em finais do século estas proibições, pelo menos na Regência de Argel, caíram nalguma permissividade, contudo num dia de Dezembro de 1788 o *Dey*²⁷ ordenou a prisão de todos os prevaricadores, mandando-lhes aplicar trezentas bastonadas²⁸.

A comunidade judaica marroquina era uma sociedade com características muito peculiares. Os Judeus gozavam de liberdade religiosa, estando no entanto sujeitos a um estatuto especial de *dhimmi* (protegidos) de acordo com o qual eram obrigados ao uso de vestuário que os distinguisse dos restantes povos do Livro, bem assim como ao pagamento de uma capitação, a *djizya* que segundo a *shari'a* lhes conferiria direitos públicos e privados. Na realidade estas imposições tinham como objectivo que a sua inferior posição social de não muçulmanos nunca fosse esquecida. Grey Jackson assistiu à subida ao poder de Mulei Slimane e também à recuperação da comunidade judaica que este sultão permitiu e incentivou. Contudo as relações entre Mouros e Judeus não foram sempre harmoniosas no Império xarifino. As ligações e

25 James Grey Jackson – *An account of the Empire of Morocco...*, p.155.

26 Marc Ferro – *Le ressentiment dans l'Histoire: comprendre notre temps*. Paris: Odile Jacob, 2007, p. 9.

27 *Dey* – Do turco *dâi* (tio). Título usado a partir do final do governo dos *aghas* até à queda da Regência em 1830.

28 Pierre Boyer – *La vie quotidienne a Alger a la veille de l'intervention française*. Paris: Hachette, 1963, p. 170-171.

as viagens à Europa significaram para alguns Judeus o uso de vestuário, identidades e até mesmo nacionalidades europeias. Muitos Judeus de Gibraltar eram na realidade marroquinos que tinham mudado a sua nacionalidade, mantendo ao mesmo tempo relações comerciais com o seu país de origem. Para os muçulmanos isso significava uma violação do estatuto de *dhimmi*, agravando tensões entre as duas comunidades, Mouros e Judeus. Segundo a população muçulmana marroquina, tendo em conta a conjuntura internacional, os Judeus eram vistos como representantes de interesses europeus e olhados com alguma desconfiança. Como resultado desta os incidentes entre Mouros e Judeus tornaram-se mais frequentes. No ano de 1806 Mulei Slimane proibiu o uso de vestuário europeu aos seus súbditos Judeus²⁹. Grey Jackson dá-nos conta dessa proibição ao assistir a uma audiência concedida pelo sultão a um embaixador europeu que vê o seu intérprete Judeu, perante o próprio monarca, ser obrigado a trocar a sua indumentária por aquela a que o seu estatuto de *dhimmi* o obrigava³⁰.

Todavia o pragmatismo alauita superava o pretenso rigorismo *wahabita*³¹ de Mulei Slimane. O sultão sabia, quando as circunstâncias o impunham, moderar os seus próprios interditos em relação ao uso de vestuário. Isso aconteceu quando ao intérprete Judeu do embaixador inglês foi permitido o uso da indumentária então usada pelos Judeus em Inglaterra, ou seja trajes europeus, admitindo implicitamente a sua condição de súbdito inglês. Na realidade a conjuntura internacional tinha mudado, os problemas que agora se apresentavam ao Império Xarifino eram diferentes. Longe iam já as três décadas conturbadas que se seguiram à morte de Mulei Ismaïl e o violento reinado de Mulei Yazid. Agora era o tempo dos sultões marroquinos procurarem estar nas boas graças da potência europeia que contava, a Inglaterra. No ano de 1806 Mulei Slimane ordenou a expulsão de cerca de 2.000 Judeus de Larache e em 1807, pressionado por grupos religiosos muçulmanos, emitiu ordens para a construção de *mellah's* em Rabat, Salé e Tetuão que passariam assim a configurar a forma dominante do *habitat* das comunidades judaicas marroquinas. Em Tetuão concedeu um prazo de seis meses para a instalação dos Judeus no seu novo bairro, tendo contudo o cuidado de explicar às autoridades religiosas do seu reino que esta segregação visava impedir os Judeus de se aproximarem das mesquitas e das habitações muçulmanas³². No final de 1815 o sultão ordenou o uso pelos Judeus do tradicional traje marroquino, bem como o pagamento de *jizya*. Todos aqueles que o recusassem sob o pretexto de serem de nacionalidade

29 Mohamed El Mansour – *Morocco in the Reign of Mawlay Sulayman...*, p. 15.

30 James Grey Jackson – *An account of the Empire of Morocco...*, p. 260-261.

31 Mulei Slimane nunca escondeu as suas crenças religiosas nas quais baseava a política externa do Império. Próximo da Wahabiyya, estabeleceu sólidos laços de amizade com 'Abd Allah ibn Sa'ud para junto do qual enviou um dos seus filhos, Mulei Ibrahim, em 1812, quando da peregrinação deste último a Meca. Mohamed El Mansour, um historiador do seu reinado, põe no entanto em causa a sinceridade do rigorismo religioso do sultão alauita, argumentando que este foi mais um instrumento na tentativa de centralização do poder real.

32 Michel Abitbol – *Histoire du Maroc*. Paris: Perrin, 2009, p. 283.

européia eram obrigados a deixar o Reino. Esta atitude não deve ser encarada como manifestação de intolerância religiosa. Mercadores Judeus continuaram a desempenhar o seu papel de *tujjar al-sultan* e de recebedores de impostos aduaneiros. Mulei Slimane provou ser também um enérgico defensor da comunidade judaica tomando o seu partido em frequentes querelas com os mercadores de Fez. Entretanto mais uma vez o pragmatismo iria ser preponderante nas decisões deste monarca alauíta, na sequência da derrota de Zaian³³ em 1819, Mulei Slimane encarregará os comerciantes Judeus do rearmamento do que restou do seu exército.

Resta-nos agora inquirir para este período relativo à segunda metade do século XVIII e primeiras décadas do século XIX sobre o que nos transmitem as fontes portuguesas. Debruçamo-nos naturalmente sobre as manuscritas que são muitas e dispersas por vários arquivos nacionais, mas mais uma vez regressamos ao Arquivo Histórico Ultramarino e ao seu poderoso manancial informativo. Se tivermos que fazer uma escolha para este assunto das relações entre Mouros e Judeus, neste caso particular no Império Xarifino, existe uma fonte que reputamos de fundamental e ela é o Diário do Cônsul Geral de Portugal, residente em Mogador, Bernardo Simões Pessoa. Este Diário cuja primeira entrada é de 28 de Outubro de 1773 e a última de 27 de Julho de 1779 é de relevante importância para o estudo das relações luso-marroquinas, abarcando um arco temporal onde se inscrevem alguns anos do reinado de Muhammad III e acontecimentos tão importantes como as primeiras consequências visíveis da fundação de Essaouira, o Tratado Luso-Marroquino de 1774 e a terrível fome de 1780 que eclodiu na sequência das devastadoras pragas de gafanhotos que atingiram o Império nos anos de 1778 e 1779³⁴. Bernardo Simões Pessoa que não falava árabe era um homem doente. Regressará ao Reino em Julho de 1779 em circunstâncias às quais não serão de forma alguma estranhas a situação de extrema carência que se vivia então em Marrocos. O Diário de Pessoa, no qual deixa transparecer uma sincera admiração por Muhammad ben Abdallah, permanece para nós como documento relevante, juntamente com a correspondência dos Colaço, de outros menos conhecidos como Manuel Inácio de Brito, boticário pessoal de Mulei Slimane, para estudar uma geração de portugueses que servindo a Pátria em terras

33 A batalha de Zaian teve lugar em Maio de 1819 e ocorreu na sequência de uma expedição comandada por Mulei Slimane contra as tribos berbéres das montanhas. A derrota das tropas do sultão irá repercutir-se no *makhzen*, levando à sua descredibilização e iniciará também o princípio do fim do reinado do monarca alauíta que após a batalha ficou praticamente incapaz de governar. Depois do colapso do *makhzen* em Zaian, os notáveis Andaluzes recuperaram a importância que tinham perdido com Mulei Slimane. A batalha é descrita por um dos principais cronistas dos Alauítas, Ahmad Al-Nasiri al-Slawi in *Kitab al-Istiqa li Akhbar Duwal al-Magrib al-Aqsa*. Existe também uma narrativa, não menos pormenorizada efectuada por um português que acompanhou o próprio sultão Mulei Slimane, o seu boticário pessoal, Manuel Inácio de Brito in *Relação enviada por Manoel Ignacio de Brito a Jorge Jaze Colaço*, datada de 6 de Junho de 1819. A importância que o poder em Lisboa conferiu a este documento pode ser aquilatada pelo teor da apostilha que o funcionário da Secretaria de Estado lhe juntou, "Recebida em 2 de Julho, e Respondida em 14 do dito. Foi remetido por copia a Sua Magestade a 17 de Julho de 1819."

34 Moncer Rouissi – *Population et société au Maghreb*. Tunis: Cérès Productions, 1983, p. 37.

do Magrebe, ainda hoje não são devidamente reconhecidos pelos incomensuráveis serviços que ali prestaram.

As relações interconfessionais são uma referência nesta fonte, e se existe uma personagem que atravessa toda a narrativa, ela é Samuel ben Yusef Sumbel³⁵, conselheiro de Muhammad III ao qual Pessoa se refere logo numa das entradas iniciais do Diário relativa ao dia 15 de Novembro de 1773³⁶. Pouco podemos extrair deste Diário que não seja redundante e possa acrescentar algo de muito substancial às obras anteriormente analisadas referente às relações entre as comunidades moura e judaica no Império Xarifino para além da já citada admiração por Muhammad ben Abdallah. A grande diferença reside no nível de leitura que o cônsul português fez da realidade que o envolveu entre os anos de 1773 e 1779. Não sendo os postos diplomáticos em Marrocos locais apetecíveis para as elites do Reino, embora no Império Xarifino tenham servido alguns dos mais capazes dos seus súbditos, o que não foi o caso de Bernardo Simões Pessoa, o discurso que este sustenta reflecte claramente condicionantes culturais. A forma depreciativa como o cônsul português vê o Outro, Mouro ou Judeu, não veicula um discurso redentor já que, pelo menos em Marrocos, não existiam cativos portugueses para resgatar e as relações do Reino com o Império Xarifino eram de excepção. O século XVIII foi em Portugal o tempo de um clima religioso e intelectual fechado e controlado, simbolizado pela Inquisição e por um sistema político repressivo. A discussão que se travou na Europa meridional em torno do Iluminismo deveu muito à contribuição de pensadores progressistas dentro do clero, alguns representando as posições intelectuais mais avançadas e outros fazendo a crítica ao obscurantismo da Inquisição. Em Portugal teve também lugar uma discussão parecida mas não tão acesa, menos focada em questões de decadência nacional e mais centrada no papel do despotismo esclarecido do marquês de Pombal, nas relações entre o Estado a sociedade tradicional³⁷. Muitos portugueses que correram terras do Magrebe eram homens do seu tempo e foram-no, ressaltadas as respectivas distâncias, Frei João de Sousa, Frei José de Santo António Moura e Bernardo Simões Pessoa.

Foram estas as relações entre Mouros e Judeus que os viajantes e diplomatas europeus encontraram em Marrocos. Estranhas, ressentidas, dependentes, social e economicamente, e ao mesmo tempo capazes de gerar um dos mitos fundadores da dinastia alauita: a eliminação de Ibn Mish'al, rico comerciante judeu da região de Taza

35 Para detalhes biográficos sobre este judeu marroquino, consultar a obra de Eva-Maria von Kemnitz – *Portugal e o Magrebe (séculos XVIII-XIX): pragmatismo, inovação e conhecimento nas relações diplomáticas*. Lisboa: IDI-MNE, 2010, p. 225.

36 Arquivo Histórico ultramarino – Fundo do Norte de África, Caixa 417, *Diário De Bernardo Simões Pessoa Consul de Portugal em Marrocos*.

37 Stuart B. Schwartz, *Cada um na sua lei: tolerância religiosa e salvação no mundo atlântico ibérico*. S. Paulo: EDUSC; Companhia das Letras, 2009, p. 322.

que segundo a lenda oprimia os muçulmanos, por Mulei al-Rashid (1664-1672), “o sultão dos *tolba*”³⁸.

2. A Regência de Argel

Os Judeus estavam organizados na Regência de Argel numa comunidade que geria os seus negócios, possuindo arquivos próprios, nos quais se compreendiam nomeadamente os judiciais e notariais. O número daqueles que constituíam a comunidade judaica não recolhe a unanimidade dos especialistas. Se atendermos às estatísticas francesas posteriores a 1830, segundo Lemnouar Merouche, andariam à volta de 5.000, cerca de um décimo do total da população da Argélia³⁹. Aqui, chamando a atenção para como é perigoso entrar na voragem do número, invocamos três fontes, entre muitas: o *Aperçu historique, satistique et topographique sur l'état d'Alger a l'usage de l'armée expéditionnaire d'Afrique...*; a *Relation d'un séjour à Alger concernant des observations sur l'état actuel de cette Régence...* publicada em Paris no ano de 1820 de autoria de Joseph Pananti; a *Histoire du Royaume d'Alger*, de Laugier de Tassy, editada em 1725.

Nunca devemos, todavia, esquecer as calamidades naturais que assolaram o Magrebe e que condicionam qualquer abordagem do ponto de vista demográfico. No caso particular da Argel, Moncer Rouissi socorre-se dos estudos de Brebugger⁴⁰ e informa-nos que relativamente ao século XVIII, vinte e um dos seus anos foram de peste, substancialmente melhor que o século XVII que tinha sofrido da mesma calamidade durante trinta e nove⁴¹. O mesmo autor esclarece-nos também que pragas de gafanhotos devastaram o Sul magrebino em 1710, tendo ocorrido um terramoto, seguido de graves incêndios, em Argel no ano de 1716. Acontecimentos aos quais se juntou um período de fome que durou três anos⁴². Era natural existirem nas populações atingidas, algumas cujas carências e debilidades que as tornassem mais expostas e estamos a pensar na comunidade judaica de Argel, sobretudo na constituída pelos seus autóctones, já que os europeus podiam com mais facilidade deixar a Regência, a crer nas informações de Laugier de Tassy⁴³.

O *Aperçu historique...*, uma fonte para uso das forças expedicionárias francesas, fornece-nos o número de 30.000 para a população judaica da Regência e atribui à

38 Michel Abitbol – *Histoire du Maroc...*, p. 232.

39 Lemnouar Merouche – *Recherches sur l'Algérie à l'époque ottomane*. Vol. I, p. 208.

40 Moncer Rouissi refere-se à colaboração de Adrien Berbrugger “Mémoire sur la peste en Algérie” em *Exploration scientifique de l'Algérie*. Paris: Imprimerie Nationale, 1850.

41 Moncer Rouissi – *Population et société au Maghreb*, p. 39.

42 Moncer Rouissi – *Population et société au Maghreb*, p. 36.

43 Laugier de Tassy – *Histoire du Royaume d'Alger: avec l'Etat présent de son Gouvernement. de ses Forces de Terre & de Mer. de ses Revenus, Police, Justice Politique & Commerce*. Amsterdam: Henri du Sauzet, 1725, p.74-77.

cidade de Argel a cifra de 10.000 Judeus⁴⁴. Joseph Pananti aponta um quantitativo que rondaria os 8.000 habitando esta cidade⁴⁵. Laugier de Tassy é mais ambíguo afirmando apenas «*les Juifs sont en très-grand nombre à Alger*»⁴⁶. Era, apesar dos quantitativos díspares, uma presença importante e embora a implantação judaica no Magrebe remontasse à Antiguidade, foi sobretudo com a chegada dos Judeus provenientes da Península Ibérica, na sequência das perseguições religiosas dos séculos XVI e XVII, que a relevância da comunidade se viu reforçada. De acordo com Lemnouar Merouche⁴⁷ e na esteira do já preconizado por Laugier de Tassy, existe uma distinção de facto que não de direito, na documentação e correspondência com origem no *Divan*⁴⁸ da Regência de Argel, considerando os Judeus autóctones como súbditos do Estado sem distinção de origem. Ao mencionar os negociantes Judeus de origem europeia havia o cuidado de os individualizar, Bacri, Busnach, etc.. O grupo constituído pelos Judeus francos consolidava-se em torno dos grandes negócios internacionais, tirando partido com os seus representados, das relações comerciais que mantinham espalhadas pelo Mundo. Mas a grande massa anónima dos Judeus de mais baixo estrato social raramente constava da documentação. Para a detectarmos teremos que recorrer, no caso português, aos apelos dos cativos nacionais nos Banhos da Regência. Aí encontramos pequenos empréstimos concedidos por Judeus locais aos portugueses em dificuldades e outras actividades ligadas ao quotidiano de qualquer grande urbe mediterrânica. As estreitas relações que existiam entre os Judeus europeus e o *Divan* da Regência de Argel não impediam as execuções, os massacres e as pilhagens que, todavia, não constituíam um exclusivo judaico⁴⁹.

Em 1983 Joseph Cuoq reeditou as notas de Venture de Paradis sobre Argel, acrescentando-lhes outras do mesmo autor sobre Tunes. Este francês é sem dúvida uma autoridade sobre tudo o que diz respeito ao Islão norte-africano e ao próximo Oriente. Venture de Paradis iniciou os seus estudos em Paris na École des Langues Orientales, apenas com treze anos, onde aprendeu latim, turco e árabe. Depois passou por Constantinopla, Saída e Cairo, onde serviu como *drogman*. Em 1779 encontramo-lo em Marrocos. Entre 1780 e 1786 em Tunes, desempenhando funções diplomáticas e de intérprete. Em 1788 foi enviado pelas autoridades francesas à Regência de Argel, onde permaneceu dois anos. A sua reconhecida competência fez com que tivesse

44 [s.a.] – *Aperçu historique, statistique et topographique sur l'état d'Alger à l'usage de l'armée expéditionnaire d'Afrique avec cartes, plans, vues et costumes; rédigé au Dépôt Général de la Guerre*. 3ª Ed. Paris: Ch-Piquet, 1830, p. 148-149.

45 Joseph Pananti – *Relation d'un séjour contenant des observations sur l'état actuel de cette Régence, les rapports des états barbaresques avec les puissances chrétiennes, et l'importance pour celles ci de les subjuguier. Traduit de l'anglais*. Paris: chez Le Normant, 1820, p. 228.

46 Laugier de Tassy – *Histoire du Royaume d'Alger...*, p. 74.

47 Lemnouar Merouche – *Recherches sur l'Algérie à l'époque ottomane...*, vol. I, p. 209.

48 *Divan* ou *Dīwān* – Conselho da Regência de Argel inteiramente dominado pelos oficiais da milícia, passará depois a ser o Conselho tutelar do Governo da Regência.

49 Lemnouar Merouche – *Recherches sur l'Algérie à l'époque ottomane...*, vol. I, p. 210.

acompanhado em 1798 Bonaparte ao Egipto. Morreu no ano seguinte entre S. João de Acre e Jaffa, em plena retirada das forças francesas quando estas regressavam ao Cairo. Se algumas credenciais fossem necessárias para atestar o seu valor e competência, a solicitação que lhe fez Volnay para criticar, corrigir e completar a sua obra *Voyage en Syrie et en Égypte*, bastaria.

Entre 28 de Setembro de 1788 e 4 de Abril de 1790, Venture de Paradis permaneceu em Argel, período que coincidiu com os anos finais de um dos governos mais longos que houve na história da Regência Argelina, o de Muhammad Ben Othman (1766-1791). Os dezoito meses que ali passou bastaram para escrever uma memória que é das fontes mais importantes para estudo da Regência no final do século XVIII, um Estado onde, segundo o estudioso francês, relações muito especiais de poder, faziam com que o *Dey* fosse obrigado a sofrer e autorizar injustiças prejudiciais ao bem geral e onde também, a imoralidade dos elementos do *odjac* (milícia), sustentáculos da oligarquia turca, era visível em relação a Mouros e Judeus.

As relações entre Turcos, Mouros e Judeus desenrolaram-se em Argel segundo moldes diferentes daqueles existentes em Marrocos. As violências do *odjac* sobre Mouros e Judeus eram permanentes, todavia os Judeus sofriam por sua vez as perseguições de Turcos e Mouros. A leitura feita por Paradis da Regência de Argel, fruto de um profundo conhecimento do mundo mediterrânico é objectiva, dando-nos uma dimensão muito real da sociedade argelina e das suas relações interconfessionais.

Em Venture de Paradis podem-se recolher elementos sobre o quotidiano da comunidade judaica de Argel, sobretudo daquela que com mais dificuldade encontramos nas fontes, a originária da Regência, arredada da grande especulação económica e financeira a que se dedicavam os seus irmãos de crença de proveniência europeia. A segregação era permanente, habitando nos bairros designados pelo poder turco. Não lhes era permitido misturarem-se com os muçulmanos, embora estas obrigações e interditos não se aplicassem aos Judeus europeus ou francos que ao contrário dos Judeus autóctones ou mouros, não sofriam restrições quanto ao local onde pretendiam viver e iam-lhes ser facultado o uso da indumentária europeia⁵⁰. Presentes em todas as actividades económicas da Regência, os comerciantes Judeus desempenhavam também o importante papel de agentes dos negociantes estrangeiros que demandavam Argel, o que lhes causava alguma hostilidade por parte da população moura local, ela própria também alvo das exacções turcas. Os côsules europeus que não desdenhavam a prática do comércio, quando para isso se lhes apresentava a oportunidade, usavam-nos fundamentalmente como *drogmans* ou funcionários consulares. Esta imprescindibilidade dos Judeus no bom funcionamento da sociedade argelina, as fortunas por vezes acumu-

50 Jean-Michel Venture de Paradis – *Tunis et Alger au XVIIIe siècle: mémoires et observations rassemblés et présentés par Joseph Cuaq*. Paris: Sindbad, 1983, p. 146.

ladas no exercício das suas profissões não deve esconder um facto essencial que tanto Venture de Paradis como Mrs. Broughton não deixam passar em claro, o da extrema precariedade em que vivia a população judaica nas urbes magrebina, onde exerciam os mais variados ofícios e funções para assegurar a subsistência. Diplomatas, viajantes, não deixam de invocar nos seus escritos no mesmo tom de desprezo ou comiseração as discriminações de toda a espécie sofridas pelos Judeus magrebina, sobretudo na Regência de Argel, onde afrontavam conjunturas históricas mais complicadas. Deve-se contudo ter em conta em qualquer análise das relações entre as comunidades moura e judaica, face à atomização social e à existência de uma oligarquia turca que era quem na realidade detinha o poder político, o papel desta última em todo o processo de convivência entre as várias confissões religiosas no espaço argelino. O modo como se processava o trato entre Mouros e Judeus que nos fica depois da leitura das notas de Venture de Paradis é que ele foi marcado pelo ressentimento confessional, temperado pela noção muito precisa da imprescindibilidade da comunidade judaica para o bom funcionamento da Regência ao nível económico e financeiro, regulando a instabilidade gerada pelos permanentes conflitos internos do poder argelino.

Joseph Pananti, um cristão italiano feito cativo pelo famoso *raïs* Hamidou Ibn Ali em 1802 no Mediterrâneo quando de Inglaterra regressava à sua Toscana natal, dá-nos também conta na sua *Relation d'un séjour contenant des observations sur l'état actuel de cette Régence, les rapports des états barbaresques avec les puissances chrétiennes, et l'importance pour celles-ci de les subjuguier* da violência amiúde exercida sobre os Judeus argelinos, obrigando-os os comerciantes muçulmanos quando não se mostravam interessados na carga proveniente de um qualquer navio apresado pelos seus corsários, a efectuarem essa aquisição mesmo tendo em conta eventuais dificuldades ou prejuízos⁵¹. Apesar de todos estes procedimentos, Pananti informa-nos que no fim do século XVIII os “Barbarescos”, depois de verem que nada tinham a recear da França, juntaram a prática do comércio à da “pirataria” e passaram a socorrer-se dos Judeus argelinos, com preponderância dos de origem europeia, para os secundarem nesta actividade:

«Dès lors les Juifs, tout avilis qu'ils sont dans les régences, y eurent la plus grande influence. Ce furent eux qui dirigèrent les expéditions. Les Deys, les principaux personnages du divan, et quelques Maures puissants, devinrent leur associés. Bientôt des Dannois, des Suédois, des Vénitiens, des Ragusains, et même des Français, furent forcés de se charger, sur les bâtiments, au moyen d'un fret qu'on leur fixoit, des marchandises qu'Alger ou les autres régences expédoient pour la Levant ou l'Europe»⁵².

A obra de Joseph Pananti, embora persiga os mesmos objectivos da de Venture de Paradis não consegue atingir a mesma dimensão das notas do académico francês

51 Joseph Pananti – *Relation d'un séjour...*, p. 489.

52 Joseph Pananti – *Relation d'un séjour ...*, p. 614-615.

e isso mesmo podemos constatar pela ligação que estabelece entre comércio, corso e os Judeus de Argel. Embora a associação da comunidade judaica argelina, sobretudo a de origem europeia, à comercialização dos activos provenientes do corso, considerando as suas ligações à diáspora sefardita, seja inquestionável, já a relação feita pela Regência entre comércio e “pirataria” nos levanta algumas dúvidas. Em meados do século XVIII, relatórios de espiões portugueses enviados para a corte em Lisboa eram bem elucidativos quanto ao facto de os “barbarescos” não fazerem comércio. Tanto Pananti, como os informadores portugueses, alguns deles Judeus, circulando entre as duas margens do Mediterrâneo, sem uma visão global da conjuntura vivida no *mare nostrum*, no entanto possuída por Venture de Paradis, esqueciam que o afastamento das Regências e do Império Xarifino do comércio mediterrânico e das suas rotas era uma estratégia dos grandes empórios da sua margem norte exercida através do Corso cristão, nomeadamente o da Ordem de Malta.

As perseguições que tiveram lugar na Península, principalmente nos reinos de Castela e Aragão e que se estenderam depois à Catalunha e às Baleares, deram lugar a uma forte emigração de Judeus peninsulares em direcção ao território que viria a ser a Regência de Argel. Vista, numa primeira fase, de forma favorável pelo Islão magrebino, esta vaga inicial de refugiados espanhóis ou *megorashim* irá desempenhar um papel relevante na renovação do judaísmo norte africano⁵³. E embora a contribuição que trouxeram para a vida económica das comunidades em que se inseriram, tivesse sido bem aceite pelos irmãos de fé, os Judeus autóctones ou *toshavim*, no campo religioso as coisas não se passaram de maneira idêntica. A dinâmica que deram à actividade comercial levou as autoridades muçulmanas a isentarem-nos do pagamento de *jizya*, capitação geralmente que lhes era imposta como preconizava o estatuto de *dhimmi*. O negócio dos “graons”, uma palavra mágica por todo o Magrebe, foi célere reivindicado pelos *megorashim*, apesar de ser um tráfico de risco, face aos vários interditos religiosos que obstaculizavam a exportação de cereais para os reinos cristãos da margem norte do *mare nostrum*, pois expunha-os às habituais acusações de açambarcamento e especulação frumentária que os poderes políticos muçulmanos tão bem sabiam manusear em momentos de crise interna. Todavia o apelo do lucro, a possibilidade de bons negócios, tudo superava. Neste comércio, a associação era uma prática corrente, ela unia membros da mesma crença, da mesma família, mas também Judeus e Turcos, Judeus e Cristãos, instalados no litoral magrebino ou espalhados pela Europa mediterrânica e atlântica.

O final do século XVIII e o início do XIX foi um período em que os grandes comerciantes de origem sefardita desempenharam um papel preponderante na actividade económica e financeira da Regência de Argel. A conjuntura europeia, na qual assumiram papel de relevo os vários conflitos que dilaceraram o seu espaço geográfico,

53 Michel Abitbol – *Le passé d'une discorde...*, p. 73.

apresentou-se como momento chave para as realidades políticas magrebinas e os seus incontornáveis agentes, os Judeus europeus. Situação idêntica se passou também com o derradeiro fôlego do corso argelino, durante um período ao qual Lemnour Merouche designa como os anos Hamidou e que levou esta actividade predatória a um nível só comparável com o atingido no século XVII⁵⁴. Para a negociação de acordos diplomáticos com as Potências europeias; para o escoamento das presas – navios, carga, cativos – resultantes do corso, o poder da Regência necessitava dos “seus” Judeus e dos contactos que estes detinham por toda a Europa, com especial relevo para as praças comerciais de Livorno e Génova.

Mrs. Broughton era a filha do cônsul inglês em Argel, Henry Stanyford Blanckley, onde viveu entre os anos de 1806 e 1812. Este cônsul teve relevância muito especial para o reino português, pois desempenhou papel significativo nas negociações que decorreram com a Regência no ano de 1810 para a libertação dos mais de quinhentos portugueses que ali se encontravam cativos e na obtenção do Tratado de Paz entre Argel e Portugal de Junho de 1813. Era um diplomata de uma grande potência europeia, no posto consular mais importante do Magrebe, que se encontrava no centro dos acontecimentos que haveriam de alterar o equilíbrio geoestratégico na bacia ocidental do Mediterrâneo. Mrs. Broughton forneceu-nos em *Six years de residence in Algiers*, publicado em Londres no ano de 1839, extractos do Diário de sua mãe, onde esta registou as mais significativas ocorrências dos anos passados em Argel, às quais a autora juntou as suas próprias recordações. É uma obra em que se encontra de forma natural a comunidade judaica de Argel e as suas relações com outras confissões religiosas, redigida num tom íntimo, confessional, de onde intenções políticas ou geoestratégicas se acham aparentemente arreadas, o que lhe redobra interesse.

O convívio entre Judeus, Mouros e Turcos como já acontecera em séculos anteriores, não era fácil e muitas vezes sujeito aos acasos da fortuna. Apesar da existência de conflitos entre os vários corpos da sociedade da Regência – Turcos, Mouros, *kuluglis*⁵⁵ – estes eram com facilidade superados ou temporariamente esquecidos, quando se tratava de exercer as habituais vexações, pilhagens e exacções sobre os “Judeus mouros”, rapidamente propagadas às fortunas mais desejáveis dos grandes comerciantes que compunham a elite dos “Judeus francos”.

Tanto Mrs. Broughton como Pananti viveram um tempo de grandes convulsões internas na Regência argelina. Em 1798 o *Divan* da Regência nomeou como *Dey* Mustapha Pacha (1798-1805). Este foi colocado perante uma conjuntura internacional em permanente mutação e defrontou-se internamente com grupos de pressão que

54 Lemnour Merouche – *Recherches sur l'Algérie à l'époque ottomane*. Vol. II: *La course mythes et réalité*. Paris: Editions Bouchene, 2007, p. 315.

55 *Kulugli* – Do turco *kul ôglu*, (filho de escravo). Termo que designava uma criança nascida da união entre um membro da oligarquia turca e uma mulher indígena.

dela resultaram. Foi em plena luta das influências inglesa e francesa no seio do *Divan* da Regência de Argel que o comandante Vincent-Yves Boutin ali chegou em missão de espionagem e elaborou o seu relatório usado, anos mais tarde, como instrumento de trabalho para a invasão francesa de 1830; foi para afirmar a supremacia inglesa que em 1806 desembarcou na Regência H. S. Blanckley. Mustapha Pacha tinha entretanto, depois de enfrentar vários conflitos internos – revolta das tribos, da milícia, crises alimentares – morrido executado no decorrer de um motim antijudaico.

Em 25 de Junho de 1805 os janízaros atacaram a comunidade judaica de Argel nas pessoas de dois dos seus mais representativos elementos, Busnach e Bacri, cujos celeiros da Companhia que estes possuíam em Argel regurgitavam cereais, segundo a milícia, destinados à exportação, enquanto entre a população grassava uma das mais terríveis fomes que já assolara o espaço argelino. O assassinio de Busnach terá sido o sinal que desencadeou um dos mais violentos motins antijudaicos que ocorreram em Argel. Muitas famílias judaicas foram molestadas e massacradas, refugiando-se algumas, como era hábito, nos consulados das Potências europeias. Para repor a ordem o *Dey* permitiu, embora com o confisco dos seus bens, o exílio de um pequeno número de Judeus francos. Estas medidas pareceram todavia insuficientes à milícia da Regência. Em Agosto de 1805 elementos do *odjac* invadem o palácio e depõe o *Dey*, assassinando-o. Após um mês de violentos distúrbios foi nomeado um novo *Dey*, Ahmed Pacha (1805-1808), homem instruído e sábio cujas primeiras medidas foram o restabelecimento da ordem pública e o saneamento do aparelho de Estado. Mas desta vez serão sobretudo as questões externas que irão conduzir à queda de Ahmed Pacha. As baixas sofridas pelas tropas da Regência na derrota perante as suas congêneres tunisinas irão provocar o descontentamento ao qual se juntará o sentido com as medidas punitivas do *Dey* de Argel contra aqueles a quem reprovava a falta de bravura e combatividade. Em 9 de Novembro de 1808, os janízaros invadem a Djénina e decapitam o *Dey*. Suceder-lhe-á Hadj Ali Pacha (1809-1815), um sádico cruel, adepto de suplicios públicos que terminará os seus dias estrangulado às mãos de elementos da milícia em 22 de Março de 1815⁵⁶.

Para compreender o sentido dos ataques de Junho de 1805 à comunidade judaica de Argel devemos mencionar uma carta que Eugène Plantet publica na *Correspondance des deys d'Alger avec la cour de France (1579-1833)*, sob o título “Mustapha, Dey d'Alger, a Bonaparte, Premier Consul de la Republique Française” com a data de 12 de Agosto de 1802⁵⁷. Albert Devoulx, também a divulgou na sua biografia do Raïs Hamidou, embora lhe atribua a data de 13 de Agosto de 1802 e uma redacção algo

56 Kamal Chehrit – *Les Janissaires: origines et histoire des milices turques des provinces ottomanes et tout spécialement celle d'Alger*. Alger: Éditions Grand-Alger Livres, 2005, p. 144.

57 Eugène Plantet – *Correspondance des deys d'Alger avec la cour de France (1579-1833)*. Vol. II. Paris: Elibron Classics, 2007, p. 504.

diferente⁵⁸. Desta importante carta do Dey em treze pontos, destacamos o décimo terceiro pelo contributo que nos fornece para o entendimento dos moldes em que, nesta época, decorriam as relações com os Judeus francos da Regência e os interesses que representavam. Assim mencionaremos as duas versões desse ponto: a de Plantet «*treizièmement, je vous prie en grâce de donner les ordres necessaires pour qu'on termine les affaires de Bacri et de Busnach, attendu les pertes qu'ils ont essayées pendant la réclamation de ces fonds. Je vous prie d'arranger cette affaire, ainsi que Dubois-Thainville me l'avait promis de votre part*»⁵⁹; a de Devoulx «*faites-moi le plaisir de donner des ordres pour faire payer à Bacri et Busnach ce que leur doit votre gouvernement, puisqu'une partie de cet argent m'appartient, et j'attends d'être satisfait comme me l'a promis, en votre nom, votre cónsul Dubois-Thainville*»⁶⁰. A diferença reside em que na versão publicada por Plantet, a reclamação dos fundos é feita como pertencendo estes a Bacri e a Busnach; na de Devoulx é justificada por parte destes serem do próprio Dey. A importância destes dois pequenos extractos e a sua posterior comparação reside no facto de neles estar bem patente a comunhão de interesses entre o poder turco da Regência e os homens de negócio que compunham a elite dos Judeus europeus dedicados ao tráfico comercial e à especulação financeira. Quando os bens, conhecidos ou supostos, dos homens de negócio da elite judaica argelina o justificavam, a oligarquia turca sabia como drená-los para o seu tesouro: através da punição de um qualquer fictício delito; promovendo uma pilhagem ao conjunto da comunidade judaica e aos seus elementos mais abastados, os Judeus francos.

Em 9 de Outubro de 1806 a fragata *Hydra* que transportava o cónsul inglês e a família, ancorou na baía de Argel. Em 23 de Outubro de 1807 surge a primeira entrada sobre a comunidade judaica da Regência e muitas se lhe seguirão de acontecimentos relacionados com o mesmo tema dos quais a mulher de Mr. B. – como o cónsul de Inglaterra é referido no Diário – foi testemunha privilegiada. A mulher do cónsul inglês não testemunhou os violentos acontecimentos de 1805, porém as sequelas que estes deixaram não lhe foram estranhas ao registar um facto pouco encontrado nas fontes deste período e característico da degradação a que tinham chegado as relações entre Turcos e Judeus em Argel depois dos violentos motins anti-judaicos que tiveram lugar nesse ano, «*the Jews invariably paid a large ransom to avoid a general pillage*»⁶¹.

Na sequência dos frequentes motins da milícia turca, os elementos mais importantes da comunidade judaica argelina, acabavam refugiados nas casas dos cónsules em Argel e nos seus arredores⁶². Mas a mulher de H.S. Blanckley foi uma observadora atenta dos acontecimentos que tiveram lugar durante o governo de Ali Pacha e do receio

58 Albert Devoulx – *Le Rais Hamidou: Notice Biographique sur Le plus célèbre Corsaire algérien du XIIIe siècle de l'hégire. D'après des documents authentiques et pour la plupart inédits*. Alger: Typographie Adolphe Jourdan, 1859, p. 58.

59 Eugène Plantet – *Correspondance des deys d'Alger...*, p. 507.

60 Albert Devoulx – *Le Rais Hamidou...*, p. 61.

61 Mrs. Broughton – *Six years residence in Algiers*. London: Saunders and Otley, 1839, p. 109.

62 Mrs. Broughton – *Six years residence in Algiers...*, p. 111.

sentido entre a comunidade judaica⁶³. Podemo-nos questionar sobre a independência do testemunho de quem se sentia insultada quando outros europeus, então em Argel, a criticavam por respeitar o *Sabbath*⁶⁴ ou que se penitenciava por o ter profanado⁶⁵. Todavia as provações dos seus irmãos de crença não lhe podiam ser indiferentes.

Outras informações levam-nos a regressar à carta do Dey de Argel a Bonaparte de Agosto de 1802 e a considerar a versão desta que nos é proposta por Albert Devoulx. Se acrescentarmos ao facto de no porto de Marselha terem sido apreendidos três navios de pertencentes ao Judeu Bacri, outro de que tomámos conhecimento na entrada referente ao dia 18 de Julho de 1809 na sequência do apresamento dessas mesmas três embarcações, «*the Minister of Marine (Who, it appears, is secretly the owner; conjointly with David Bacri, the avowed proprietor of the principal part of the cargoes of the seized ships) was very violent in his declamation, ...*»⁶⁶, a versão do estudioso francês ganha dimensão acrescida. Provava-se mais uma vez a estreita relação entre a elite dos judeus francos de Argel e os postos mais elevados da oligarquia turca que governava a Regência.

Em 1811 estamos em pleno consulado de Ali Pacha. Ahmed Pacha⁶⁷, antecessor deste último tinha feito nomear, no dia 1 de Novembro de 1806, David Cohen Bacri *muqaddam* da comunidade judaica argelina, obrigando-o a reembolsar uma boa parte das dívidas de Naftali Busnach. O Dey dará ordem para a sua decapitação em Fevereiro de 1811 e a mulher de H.S. Blanckley regista-o no seu Diário⁶⁸. Jacob Bacri, outro Judeu sefardita, acabará, depois de passar por locais de duvidosa segurança, por se refugiar em casa do cônsul inglês. O rival de David Cohen Bacri, David Durand, irá ser o seu sucessor, todavia alguns meses depois, terá a mesma sorte. A mãe de Mrs. Broughton não deixará passar em claro mais este violento assassinato «*[October] 18th – The king of the Jews, Durand, went this afternoon with the annual tribute or present to the Pacha, who received him as usual, and accepted the present, but immediately ordered him to be bound and beheaded; the sentence was executed in palace*»⁶⁹. O Dey escolherá Joseph Coen-Bacri, o pai do seu antecessor, para lhe suceder. Este ficará em funções até 1815, ano em que será

63 Mrs. Broughton – *Six years residence in Algiers...*, p. 119.

64 Mrs. Broughton – *Six years residence in Algiers...*, p. 123.

65 Mrs. Broughton – *Six years residence in Algiers...*, p. 215.

66 Mrs. Broughton – *Six years residence in Algiers...*, p. 139.

67 Albert Devoulx na sua biografia do *raïs* Hamidou dá-nos conta das condições em decorreu a morte de Ahmed Pacha com base num depoimento oral recolhido quando da sua estadia em Argel: «Le Turc se précipite vers lui et jette en cri de joie. Le coup de fusil était beau en effet: le pacha gisait dans la ruelle, près de nous qui étions pleins d'épouvante. La foule des janissaires accourut bientôt aux cris d'Ahmed Allayalli, puis se ruant avec frénésie sur le corps, ils le mirent en pièces en emportèrent triomphalement les débris. Cette scène, où un homme avait été dépecé comme un animal, nous glaça d'horreur. Ahmed Pacha avait beaucoup d'embonpoint, et sa chair blanche presenta, quando elle fut coupée, des couchés de graisse dont l'aspect a fait une impression ineffaçable sur ma jeune imagination» (Albert Devoulx – *Le Raïs Hamidou*, p. 100). Entre as várias razões pelas quais valorizamos esta obra de Devoulx, encontra-se a de o autor fazer uso de várias fontes orais que foram contemporâneas dos acontecimentos descritos pelo estudioso francês.

68 Mrs. Broughton – *Six years residence in Algiers...*, p. 204.

69 Mrs. Broughton – *Six years residence in Algiers...*, p. 230.

condenado ao exílio em Livorno, deixando o cargo a seu filho Jacob. Segundo Michel Abitbol, em Marrocos então, como na Argélia, ser “Judeu de Corte” não funcionava como garantia securitária⁷⁰. Acrescentamos que apenas mudavam aqueles de onde emanavam as ordens para quebrar essa tão frágil garantia: no caso dos “Judeus de Corte” elas provinham do *Dey*; no dos outros Judeus, europeus ou autóctones, elas poderiam vir da aleatória vontade ou do simples humor de um qualquer elemento da milícia.

Em Maio de 1830, a pretexto do incidente com o seu cônsul em Argel, Alexandre Duval, prontamente aproveitado e na sequência das permanentes manobras dilatórias do seu governo referentes à resolução dos créditos Bacri, a França faz avançar um corpo expedicionário de 37.000 homens, comandado pelo duque de Bourmont que deixa o porto de Toulon em direcção a Argel. Os problemas que a Administração Francesa irá sentir na Argélia e que redundarão, a partir de 1830, na degradação da condição e estatuto da população muçulmana, não serão extensivos aos Judeus da antiga Regência. Estes irão beneficiar, nos primeiros tempos da conquista, sustentados pelas instituições judaicas francesas, de um estatuto particular. Em 1830 e tendo em conta informações das novas autoridades existiam na Argélia cerca de 15.000 Judeus vivendo em situação de grande precaridade, fruto das discriminações a que tinham sido sujeitos pela antiga oligarquia turca. Michel Abitbol, socorrendo-se dos *Archives israélites de France I*, cita o testemunho de um médico Judeu do Exército Francês, em 1840, sobre os seus correligionários de Argel:

«C'est une race exécrable, fourbe, avide. Ils joignent toute la bassesse de l'esclavage aux vices les plus dépravés. [...] Ils ne touche pas à l'argent et ne font aucun travail le samedi; ils vont tous les jours deux fois à la synagogue et trois fois le samedi»⁷¹.

Embora os Judeus argelinos tenham encontrado nos seus homólogos franceses, alguns defensores acérrimos da emancipação e assimilação, a verdade é que nem todos em França e na Argélia eram a favor desta política. O governo francês teve que intervir, rejeitando as objecções de Bugeaud que se opunha a qualquer melhoria no estatuto da comunidade judaica argelina. Segundo este, que não perdia qualquer oportunidade de manifestar a sua aversão aos Judeus da anterior Regência, a expulsão teria sido o caminho a seguir. O trajecto até à emancipação percorrido pela comunidade judaica de Argel também não foi simples ou pacífico e muitos afirmarão mais tarde que o judaísmo francês colonizou os Judeus argelinos, como a França colonizou a Argélia.

No entanto, em alguns períodos o rigorismo religioso do Islão magrebino foi de forma rápida superado por razões de ordem mais pragmática, tanto no Reino de Marrocos como na Regência de Argel. Exemplo desta superação em Marrocos é a nota que nos dá

70 Michel Abitbol – *Le passé d'une discorde...*, p. 121.

71 Michel Abitbol – *Le passé d'une discorde...*, p. 154.

Al-Nasiri, um dos cronistas dos alauítas, de ter Mulei Slimane solicitado os bons serviços dos comerciantes Judeus no sentido destes adquirirem armamento para a reorganização do seu exército após a derrota de Zaian em 1819⁷². Na Regência os interditos alcorânicos foram também resolvidos quando o trigo atingiu em Argel o mais baixo preço da segunda metade do século XVIII, 2 Patacas argelinas o *sâ*⁷³ no ano de 1795, sendo necessária a intervenção de uma casa de comércio detida pelos Bacri em Argel, a pedido do *Dey* Baba-Hassan (1791-1798), para o escoamento do excesso de produção desse ano em direcção a França que atravessava uma das suas mais graves crises frumentárias e tinha em Paris como representante dos interesses do *Dey* o Judeu Simon Abucaya⁷⁴.

Se as comunidades judaicas, compostas por Judeus autóctones e europeus, não eram corpos sólidos e coesos, tanto assim que em finais do século XIX foi a instâncias de diplomatas franceses que estratos mais favorecidos da burguesia judaica de Marrocos se começaram a preocupar com os mais pobres dos seus irmãos de crença, a realidade mostra-nos que o poder alauíta soube tirar proveito dessas dissensões em seu próprio benefício. Podemos considerar que as relações com os Mouros se caracterizaram pela utilização da burguesia judaica de Marrocos como agentes comerciais e diplomáticos dos seus sultões, sendo os estratos mais desfavorecidos da população judia usados como reguladores, através de violências, pilhagens e exacções, dos conflitos e contradições internas do *makhzen* marroquino, não deixando todavia de conceder que o estatuto de “Judeu de corte” não funcionava de forma alguma como garantia de imunidade para qualquer elemento da comunidade judaica.

Na Regência de Argel, *megaroshim* e *toshavim*, possuíam estatutos substancialmente diferentes que se reflectiam nos interditos do quotidiano da comunidade. A elite comercial e financeira dos Judeus francos, ao contrário dos Judeus mouros, secundava os oligarcas turcos da Regência, tornando-se incontornável, dadas as redes tecidas por toda a Europa mediterrânica e atlântica, nos negócios ligados ao corso, à exportação de grãos e à negociação de Tratados de paz e tréguas com as pequenas potências da periferia. A comunidade vivendo este relacionamento, verá os seus elementos mais destacados serem exilados para Livorno e demais portos da Europa mediterrânica, outros perecerem às mãos dos oligarcas da milícia, enquanto os que ficaram serão classificados pelo médico seu correligionário do exército francês como execráveis, velhacos e avaros, sem cultura ou ciência, frequentando sinagogas que em asseio ficavam a dever muito aos locais onde em França se recolhiam os cavalos, o que poderá bem dar a ideia da condição em que se encontravam os judeus argelinos, sobretudo os autóctones, quando da implosão da Regência em 1830.

72 Ahmad Ibn Khalid al-Nasiri – *Al-Istiṣṣa li-Akhbar Duwal al-Maghrib al-Aqsa*, IX, p. 10-11, citado por Mohamed El Mansour – *Morocco in the reign of Mawlay Sulayman...*, p. 15.

73 *Sâ* – Medida usada na região de Argel para sal, grãos e legumes secos que correspondia a 60 litros.

74 Eugène Plantet – *Correspondance des deys d'Alger...*, p. 451-452.